

SISTEMATIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE “DISTRIBUIÇÃO DE RENDA – POLÍTICAS DE RENDA”

Lavínia Davis Rangel Pessanha*

O debate versou sobre as relações entre a desigualdade estrutural inerente à sociedade brasileira e o processo de desenvolvimento econômico nos últimos 50 anos, e quais as possibilidades, dado o diagnóstico da situação atual, de reverter esta situação através da implementação de políticas de renda, bem como sobre os fundamentos e formatos destas políticas. A partir da escolha dos expositores, o debate contemplou as duas linhas de pensamentos situadas em posições polares e contrapostas: de um lado, a defesa da necessidade de pensar a distribuição de renda “desde dentro” do desenvolvimento, dos objetivos do desenvolvimento econômico e da constituição de políticas macroeconômicas proativas que retomem seja a geração de crescimento econômico, emprego e renda, incluindo as parcelas da população de baixa renda no mercado de trabalho, seja o papel do Estado no provimento de bens públicos de caráter social; de outro lado, tendo em vista a persistência da intensa desigualdade estrutural a despeito do amplo volume de “gastos sociais regressivos e pouco eficientes” empenhados pelos sucessivos governos, a defesa da necessidade de reformas institucionais microeconômicas, voltadas ao redesenho e focalização das políticas de distribuição de renda, nos âmbitos intra e extramercado. O debate enriqueceu-se com os pontos de vista e exemplos de trajetórias de políticas específicas levantados pelos comentaristas e debatedores, demonstrando a complexidade da questão, pela renitência de um quadro de desigualdade que pode ser considerado “o eletrocardiograma de um morto”, e pela imensa quantidade de interconexões com outros campos de políticas,

* ENCE (Escola Nacional de Ciências Estatísticas, FIBGE), sistematizadora do painel “Distribuição de Renda”.

micro e macro, levantados no decorrer das discussões, refletindo, portanto, a dificuldade de se circunscrever o tema a um único receituário de proposições. De todo modo, como colocado por um dos comentaristas, os textos demonstraram que existe uma área de consenso muito forte a respeito da indignidade em relação à intensa desigualdade social renitente em nosso país e da necessidade de superá-la, mas que não há consenso a respeito de qual o caminho a seguir para que atinjamos este objetivo. O debate também foi extremamente profícuo no que se refere a sugestões e proposições voltadas para o fortalecimento dos efeitos distributivos da atuação do BNDES.

Síntese da exposição do professor Carlos Medeiros

Ressalta o caráter essencial da distribuição de renda para o desenvolvimento econômico no mundo contemporâneo, e da necessidade de se pensarem a distribuição de renda e a equidade social “desde dentro” da noção de desenvolvimento econômico, tendo em vista não apenas o diagnóstico da situação brasileira, como também as evidências, reveladas em levantamentos estatísticos recentes, de um contundente processo de concentração interpessoal e internacional de renda nos últimos vinte anos. Do seu ponto de vista, tanto o desenvolvimento e a difusão social do desenvolvimento quanto a miséria são responsabilidades coletivas.

Na sua opinião, a situação do país é de “excesso de desigualdade”, de tal modo que há um grande consenso da necessidade de inflexão dos mecanismos geradores e mantenedores da desigualdade, contudo não há consenso sobre quais os instrumentos e os investimentos sociais adequados à inflexão. A posição de Medeiros é a de que as preocupações com a questão social não se reduzam ao uso de políticas compensatórias para a diminuição da pobreza, voltadas para a constituição de cinturões protetores aos efeitos das políticas macroeconômicas, mas que se constituam em estratégias proativas voltadas para a redução dos desníveis de distribuição de renda e a diminuição da pobreza no processo de desenvolvimento econômico. É preciso fugir da falsa dicotomia entre desenvolvimento “para fora” e desenvolvimento “para dentro”, mas pensar o desenvolvimento “desde dentro”.

Os estudos sobre as relações entre o crescimento econômico e a distribuição de renda constatarem que o crescimento econômico contínuo tem nítido efeito positivo na redução da pobreza absoluta, e efeito incerto sobre a distribuição de renda, ou seja, não há uma relação sistemá-

tica entre crescimento econômico e distribuição de renda, como o reconhecimento dos mecanismos a serem utilizados para intensificar os efeitos benéficos do crescimento sobre a distribuição de renda. De um modo geral, há a constatação do agravamento da pobreza nas fases recessivas do ciclo econômico, e de que os efeitos distributivos positivos das fases ascendentes dos ciclos não são suficientes por si para atenuar os efeitos negativos das fases recessivas anteriores. Portanto, há uma rigidez da distribuição de renda nas fases ascendentes e um aprofundamento da pobreza nas fases recessivas do ciclo econômico, daí a necessidade de uma atitude proativa do Estado no que se refere à distribuição de renda.

A pergunta que Medeiros se faz para traçar um diagnóstico das causas estruturais da pobreza e da desigualdade brasileiras é: por quê, malgrado o crescimento econômico e a elevada mobilidade estrutural na base da pirâmide (social), num país de tão amplo desemprego, o crescimento foi tão concentrador? O professor descarta a teoria do capital humano como instrumento analítico para a questão e vai buscar as raízes desta desigualdade na história econômica, na distribuição de ativos e no processo de industrialização do país.

Nesta perspectiva, a heterogeneidade da estrutura produtiva agrícola-agrária e a industrialização, aliada ao excedente de mão-de-obra, assumiram importância decisiva na distribuição de renda do país. Isto porque a alta taxa de urbanização de nosso país não foi uma consequência da industrialização, e sim a combinação da explosão demográfica e da intensa migração rural-urbana, devida aos níveis de heterogeneidade da agricultura e elevadíssima concentração fundiária. A industrialização ampliou a heterogeneidade da estrutura produtiva a concentração da renda. Posteriormente, os efeitos benéficos do crescimento econômico contínuo sobre a distribuição de renda, aliado a uma política de melhorias salariais e investimentos privados maciços no campo, levados a cabo nos anos 70, foram revertidos em decorrência dos grandes desencontros na gestão da política macroeconômica e das atitudes preventivas dos agentes no nível micro, que levaram ao aprofundamento da heterogeneidade da estrutura produtiva, ao aumento do desemprego estrutural e à destruição do emprego formal. Destaca, neste período, a importância da implementação de algumas políticas redistributivas, particularmente a extensão dos direitos de aposentadoria no campo, e a manutenção dos baixos preços relativos dos alimentos *vis à vis* os salários, na parcial reversão e compensação destes processos concentradores.

Assim, defende a suposição de que “a persistente concentração de renda ao longo de décadas no país não decorre de um único e mesmo processo, mas resulta de movimentos econômicos e políticos contraditórios. Nos últimos vinte anos, foram raros os momentos em que houve expansão simultânea do produto *per capita*, do empenho dos gastos sociais, do salário mínimo real e da estabilidade da cesta básica, e nos raríssimos anos em que estes movimentos ocorreram conjugadamente, houve redução da pobreza e aumento da renda na parcela apropriada pelos mais pobres, o que significa que buscar uma via em que estas variáveis possam se articular endogenamente é uma via de crescimento com distribuição. A constituição de redes de proteção e políticas de renda especialmente dirigidas à pobreza, como as que se caracterizaram na política social nos últimos anos, não podem assim contornar a necessidade de buscar um modelo de desenvolvimento em que a sustentação da taxa de crescimento e da elevação do poder de compra dos salários sejam priorizados. (...) Uma macroeconomia voltada ao desenvolvimento econômico é uma condição básica para uma política de renda voltada à redução das desigualdades sociais. Ao lado dessas, é necessário que os preços relativos não sejam enviesados contra o consumo popular, em particular os preços dos alimentos, (...) as tarifas dos serviços públicos, dos transportes, da saúde, da educação. (...) A política de distribuição de renda deve ser pensada efetivamente como uma política de renda real que depende essencialmente da disponibilidade dos bens e seus preços.”

O professor destaca a importância fundamental da produção de alimentos e da questão agrária, e a necessidade das políticas de reforma agrária, aliada a mercados em expansão e políticas para a agricultura familiar, numa estratégia de desenvolvimento com redistribuição. O caso da Ásia é citado como exemplo de processo bem-sucedido de distribuição de renda, tendo em vista a combinação de políticas de reforma agrária, infra-estrutura, apoio à produção de alimentos, distribuição de renda equilibrada entre o urbano e o rural. No Brasil, o núcleo duro da pobreza absoluta se concentra no setor rural.

Ademais, considera que a “velha tese” do salário mínimo como um farol para o setor informal é mais verdadeira hoje, pois o que se chama de “trabalhador informal” são assalariados que não recebem a carteira de trabalho e reivindicam aumentos proporcionais ao aumento do salário mínimo. “Portanto, a importância da elevação do salário mínimo não está no setor formal, e sim no setor informal”.

Medeiros não nega a importância das políticas sociais distributivas e de seus efeitos benéficos no curto prazo, mas considera que “a dificuldade maior está em defendê-las das volatilidades macroeconômicas e articular estas políticas a um padrão de desenvolvimento em que a prioridade seja o emprego e os investimentos voltados para o barateamento dos bens e serviços de consumo de massa”.

Afirma que os bens públicos podem ser vistos como o núcleo dinâmico para o crescimento com a redução das desigualdades. Ressalta que as carências relacionadas à infra-estrutura física e serviços sociais, que são bens públicos no sentido de que correspondem a necessidades coletivas e possuem grandes externalidades, requerem programas específicos e voltados ao consumo coletivo, e dependem da expansão dos investimentos públicos ou daqueles financiados pelo governo. Contudo, para que ocorram os esperados efeitos de encadeamento, é necessário recorrer a mecanismos de coordenação que promovam a maior efetividade e maior eficiência na distribuição destes serviços.

O papel do BNDES

A estratégia de crescimento com distribuição de renda deve ser combinada com a estratégia de busca de um melhor encadeamento entre os setores modernos com o resto da economia. O Brasil deve seguir uma via menos excludente, voltada para o mercado de consumo de massas e para a geração de emprego para a população de baixa renda. Os setores de alimentação, vestuário, educação e saúde possuem os coeficientes de emprego mais elevados da economia brasileira, de modo que uma retomada do crescimento sustentado deve se dirigir prioritariamente a estes bens e serviços, acompanhada da elevação gradual e segura do salário mínimo real e de medidas típicas voltadas à pobreza.

Para Medeiros, o BNDES constitui um ator privilegiado, com sua capacitação e tradição, na concepção das estratégias no médio e longo prazos, contribuindo para a criação de um programa nacional voltado à redução das desigualdades, bem como na promoção das condições adequadas de financiamento e na redução dos custos na coordenação destes programas.

No “combate” à pobreza, destaca o investimento em infra-estrutura das pequenas e médias cidades, bem como dos pequenos e médios produtores com baixa capacidade contratual. Em ambos os casos, é impor-

tante combinar políticas e instrumentos de forma a descobrir caminhos, e aumentar a racionalidade e a eficiência dos gastos.

Síntese da exposição do professor André Urani

Urani apresenta um amplo e detalhado diagnóstico demográfico da população brasileira, buscando identificar suas dimensões, causas e conseqüências, e destacando que o Brasil não é um país pobre, e sim um país com muitos pobres, sendo a elevada desigualdade a principal causa da pobreza. A desigualdade permanece assustadoramente estável durante décadas, como num “eletrocardiograma de um morto”, como mostra a evolução do índice de Gini aplicado à distribuição de renda brasileira. A exposição é uma síntese do diagnóstico muito bem apresentado no respectivo *paper*, e qualquer tentativa de reproduzi-la resultaria tão somente no empobrecimento das variáveis relacionadas.

A análise do professor se centra numa discussão baseada numa perspectiva relacional da pobreza, ou seja, focada no conceito de pobreza relativa. A perspectiva defendida é a de que a desigualdade de renda é a principal causa da pobreza no país, e, entre os caminhos possíveis para se reduzir a pobreza, o crescimento com redução da desigualdade pode se constituir num “atalho” para encurtar o tempo necessário. O objetivo do desenvolvimento é gerar bem-estar, e conseqüentemente combater a pobreza, o que deve ser um objetivo prioritário das políticas públicas, não podendo ficar atrás nem mesmo do objetivo do crescimento econômico.

Contudo, é claramente colocada a ineficiência do Estado brasileiro no combate à pobreza, tendo em vista o diagnóstico de um mau gasto neste campo de políticas, já que grande parte dos recursos disponibilizados é capturada pelos não-pobres, isto é, as camadas mais organizadas da população. Ademais, há rigidez na composição e pouco espaço de discricionariedade do gasto público, tendo em vista o marco legal-institucional vigente. Nesta perspectiva, se fosse possível redirecionar e focalizar o gasto público “dando a cada pobre o suficiente para ultrapassar a linha de pobreza em termos de renda, isto custaria 2,5% do PIB, e gasta-se dez vezes mais que isso”.

Após o diagnóstico, o professor apresenta a sua agenda política, deste modo voltada basicamente para o redirecionamento do gasto público social, tendo em vista sua má focalização e rigidez, basicamente na educação, saúde, trabalho e previdência social; e para um conjunto de re-

formas microeconômicas, voltadas para diferentes campos e para a redefinição dos espaços de atuação público e privado, todas também extensivamente apresentadas no *paper*: reforma tributária, legislação trabalhista, reforma da previdência, reforma do mercado de capitais, direitos de propriedade, acesso ao crédito, infra-estrutura e regulação, serviços e desenvolvimento empresarial.

O papel do BNDES

Em decorrência das limitações de tempo, a opção foi centrar a apresentação nas sugestões de estratégias de ação e do papel do Banco, adicionando novos elementos à discussão.

Primeiramente, Urani falou sobre a necessidade de unificar o “E” e o “S”, na linha das novas maneiras de pensamento sobre o desenvolvimento como bem-estar. “Não faz sentido pensar em rupturas entre o social, o econômico e o político, justamente para tratar a desigualdade dentro do desenvolvimento, e não *ex post*.”

Considera necessário, como diretrizes gerais:

- 1 - aprofundar o mercado de crédito;
- 2 - fomentar uma indústria de serviços de desenvolvimento empresarial;
- 3 - descentralizar e capilarizar as ações;
- 4 - participar como protagonista do reordenamento do espaço público;
- 5 - investimentos estratégicos.

No crédito, o duplo desafio é elevar a relação crédito sobre o PIB e democratizar o acesso ao crédito, aumentando a participação das pequenas e micro empresas. Como sugestões de medidas pontuais, Urani propõe redefinir os critérios classificatórios institucionais para a concessão de crédito a pequenas e microempresas, tornando o banco um ator relevante na concessão de microcrédito; fomentar a constituição de OsCIPS e SCM para a tomada/concessão de microcrédito; e ampliar as linhas de ações já institucionalizadas para a concessão de microcrédito.

Sugere também a atuação do Banco na correção das assimetrias de informações com o financiamento a fundo perdido de pesquisas primárias voltadas para o levantamento de dados básicos acerca do perfil das pequenas e microempresas e para a análise do setor informal.

Também sugeriu:

– estimular a maior diversidade institucional no fornecimento de crédito a pequenas e microempresas, incentivando as instituições privadas a entrar neste mercado, participando de fundos especializados nas sociedades de crédito ao microempreendedor, e estimulando a criação de empresas especializadas na concessão de garantias e retrogarantias para microcrédito;

– aumentar a convergência das ações, buscando maior aproximação com outros *players* do mercado, gerando maior eficácia na concessão de microcrédito, atuando na securitização e no desenvolvimento da indústria moderna de serviços de desenvolvimento empresarial;

– a atuação do Banco no âmbito do desenvolvimento local e da correção das desigualdades regionais; no reordenamento do espaço público, contribuindo para a capacitação dos diferentes atores no tratamento do gasto público social.

Como investimentos estratégicos, as sugestões se concentram nas liberdades sociais e na cultura, na habitação e na infra-estrutura, nos programas multissetoriais integrados, e no estímulo à redução do custo da construção civil.

Comentários do professor Simon Schwartzman

Da sua perspectiva, os *papers* demonstram o reconhecimento de que o crescimento é necessário, mas não suficiente, para a redução de desigualdades e a distribuição de renda, e a necessidade de políticas específicas para a sua solução, que não devem ser vistas como um custo que coloca limites ao desenvolvimento econômico, mas como um instrumento para que a economia atinja um novo patamar.

Destaca a diferença das perspectivas dos apresentadores. A Medeiros, atribui um “otimismo *keynesiano*” no que se refere às possibilidades de elevação do gasto público e de gerar, a partir daí, um ciclo virtuoso na economia, não tomando em conta as restrições orçamentárias e as contingências de médio prazo, incluindo o endividamento do Estado. De Urani, corrobora a crítica ao processo de desenvolvimento gerador de desigualdade e à má atuação governamental na gestão das políticas sociais; contudo, indaga sobre as possibilidades efetivas de criação de “capital social” no Brasil.

O professor centra seus comentários e sugestões no sentido de intensificação das reformas institucionais necessárias à reformulação do espaço

público no Brasil, tendo em vista o “clientelismo” e o “rentismo” arraigados na sociedade brasileira, que levam à regressividade dos gastos públicos, à apropriação privada destes recursos pelos grupos mais organizados e integrantes dos corpos e anéis burocráticos na arena política.

Sugere a necessidade de aperfeiçoamento do sistema político, da estrutura de representação e do sistema judiciário. As reformas deveriam se voltar tanto para as características do sistema político, da estrutura de representação institucional, corporativa e partidária, que excluem os segmentos sociais desorganizados do processo político, como para a atuação do Poder Judiciário, tendo em vista o crescente processo de juridicalização das relações sociais, que deixam o cidadão comum sem acesso à lei e à justiça.

No que se refere ao papel da educação como motor do desenvolvimento e fator gerador de capital humano e social, adverte que os seus efeitos podem ser contrários, atuando mesmo como um fator gerador de desigualdade. Isto porque a obtenção de credenciais educacionais pode agir como um vetor de melhoria posicional – mobilidade social ascendente – em sociedades com alto grau de desigualdade no acesso à educação, operando como variável reforçadora de discriminação, desigualdade e diferenciação social, e de constituição e fortalecimento de privilégios corporativos. Quanto ao papel da educação na formação e fortalecimento da cidadania no Brasil, considera que a estratégia de ampliação quantitativa do ensino fundamental e médio não está funcionando, e sugere que a consolidação de um padrão (mínimo) de qualidade é de fundamental importância.

Ressalta o papel que o BNDES pode ter na reforma institucional e no fomento da pesquisa social e na capacidade brasileira de fazer reformas. De sua perspectiva, além de seu papel fundamental em estimular a economia na área dos grandes investimentos e nos programas de microcrédito, o Banco pode colaborar no financiamento das reformas sociais que se fazem necessárias: na transformação do atual sistema previdenciário em outro baseado em regimes de capitalização, na transição das universidades federais para unidades autônomas submetidas a metas contratuais de desempenho, no desenvolvimento de metodologias e experiências educacionais para melhorar a educação básica, na criação de agências regionais e intergovernamentais para o atendimento de serviços públicos para o atendimento social, bem como no transporte e preservação do meio ambiente. Na sua perspectiva, como instituição financeira, o Banco está “naturalmente vacinado contra os vícios do subsídio indiscriminado e por isso buscaria sempre caminhos que levem a situações de sustentabilidade e solvência, o que é muito salutar”.

Comentários do professor Marcos Lisboa

Considera que o país apresenta problemas de difícil solução, e que o debate entre as diferentes visões permite a melhor compreensão dos mesmos e das políticas públicas a serem adotadas. O professor tece um amplo painel da evolução dos indicadores sociais e econômicos brasileiros nos últimos 50 anos, demonstrando a fragilidade da situação atual e a necessidade de retomada de investimentos, público e privado, e de crescimento econômico, sem o que as possibilidades de solução das disparidades distributivas se inviabilizam. Na ausência de crescimento, a persistência da desigualdade vai além das possibilidades de coordenação das políticas macroeconômicas, tendo em vista problemas estruturais e institucionais.

Considera particularmente preocupantes: o quadro atual de crescimento total dos fatores de produção próximo a zero, o baixo volume de comércio internacional, o aumento da informalidade na economia, o volume de investimento em níveis constantes, e o crescente custo do investimento, principalmente na construção civil. Corrobora a posição dos autores, ainda que por caminhos diferenciados, de relacionar os níveis de pobreza com a qualidade do emprego, e considera fundamental a geração de bons empregos, daí a necessidade de implementação de políticas agressivas que permitam a redução da rotatividade da força de trabalho e a redução da informalidade.

Na área social, sugere a necessidade ampla de relocação de investimentos e reformas institucionais no momento atual, tendo em vista a incapacidade do Estado de se antecipar às mudanças demográficas que se realizaram a partir dos anos 80 e se intensificaram nos anos 90. Destaca os paradoxos da democracia e seus efeitos perversos, tendo em vista a constituição de estratégias de *rent seeking* e os riscos da sobreposição de grandes interesses privados ao interesse geral.

Centra sua defesa na necessidade de aprofundamento dos estudos sobre os desenhos de políticas, tanto econômicas quanto sociais, que evitem a apropriação privada de recursos públicos, pois “desenho institucional importa, e muito”. Sugere que o caminho não necessariamente envolve uma dicotomia Estado x mercado, e sim a combinação dos dois atores. Destaca a importância dos mecanismos regulatórios de modo a combinar a sua atuação conjunta: a questão está justamente na importância do desenho institucional e seus efeitos sobre o resultado das políticas, daí a premência de amplas reformas no marco legal e

institucional, desde que criteriosamente construídas de modo a antecipar e evitar os comportamentos de *rent seeking*.

Discorda do apêndice de Medeiros sobre o capital humano, e considera desnecessária a constituição de um modelo teórico que explique a relação entre educação, produtividade do trabalho e salários, pois, do seu ponto de vista, se trata de uma questão empírica: a variável educação explica os níveis de desigualdade interna dos países, contudo entre os países a relação é menos evidente.

Pedro Duncan

O debatedor se centrou no relato dos objetivos da ação social em geral, e daquela promovida pelo Banco, que devem estar voltados para a ampliação das oportunidades de inserção social dos cidadãos.

Os debates

Beatriz destaca o relativo consenso entre os debatedores, no que se refere ao mau gasto social do governo, à tensão entre as perspectivas de focalização e de universalização das políticas, e à necessidade de “focar” a discussão sobre “focalização”.

Réplicas

Medeiros concorda em ser um *keynesiano* otimista, e que as restrições econômicas são um impasse. A saída possível supõe o crescimento da economia, que, por sua vez, depende da vulnerabilidade externa da política econômica brasileira e das restrições monetárias. Reafirma que o desenvolvimento só pode ser pensado com a dimensão social. A macroeconomia não pode ser inimiga do emprego, e portanto concentradora da renda e da desigualdade, e as políticas compensatórias não podem ampliar sua cobertura indiscriminadamente: do mesmo modo que o seguro-desemprego é indispensável à sobrevivência dos cidadãos em situações adversas, não é possível colocar metade da PEA como beneficiária do seguro-desemprego.

Considera que a explosão da dívida com superávit fiscal primário ocorreu porque a gestão da política econômica foi irresponsável. O crescimento baseado na constituição de um mercado interno de massa não é vulnerável ao dólar, contudo a irresponsabilidade fiscal impede toda e qualquer estratégia.

Quanto à natureza regressiva do gasto público, concorda com a necessidade de unificação dos regimes previdenciários; contudo, é contra

o ensino pago na universidade pública, pois defende a estratégia contrária de alargamento do ensino público de qualidade.

Quanto ao clientelismo e rentismo na apropriação dos recursos, defende a ampliação da participação social e da imprensa na gestão do gasto público e alerta para o uso discricionário de categorias elusivas pelos distintos autores. Considera que o comportamento rentista mudou de lugar no Brasil, passando da indústria para o setor financeiro, e a transferência de ativos ao capital financeiro não é distribuição de renda.

Quanto ao papel da educação na distribuição de renda, discorda da idéia de uma taxa uniforme de remuneração da educação. A educação explica os diferenciais de renda entre profissionais liberais e trabalhadores qualificados, mas não explica as diferenças entre empresários e trabalhadores não-qualificados. Estes estudos retiram o indivíduo da sua situação social e desconsideram as condições ocupacionais.

Urani concorda com o professor Simon sobre o quadro do marco legal e do sistema institucional e sobre a importância do desenho institucional. Acha que a ciência e a tecnologia não têm tanto a ver com a questão distributiva. Ressalta a necessidade de difusão de informações sobre a atuação social do Banco, junto ao público potencialmente beneficiário e aos possíveis parceiros, facilitando a convergência de atuação.

Quanto à focalização, constata que o país gasta 1/4 do PIB na área social; deste modo, há má gestão e necessidade de focalização. A questão é que a margem de manobra é pequena, e os oportunistas se apropriam do discurso, de tal modo que fazer focalização não é fácil: exemplifica com a questão da defesa da política trabalhista *vis à vis* a parcela da população que não está amparada pelo direito trabalhista.

A questão é que o desenho institucional da política social brasileira é antigo, anacrônico. Considera que o problema atual não é crescer, mas como distribuir os frutos do crescimento.

O Banco deveria mudar de filosofia: da perspectiva voltada para o crescimento com um processo seletivo de intervenção na economia, para a perspectiva da distribuição, com a descentralização e ampliação da acessibilidade ao mercado de crédito.

Discorda de Medeiros quanto ao principal desafio, que, do seu ponto de vista, não é macroeconômico, é microeconômico.

Debate público

André Urani, sobre a questão regional, afirma que o problema regional pode ser resolvido pela redefinição do pacto federativo e outros caminhos; o preconceito ao informal pode se reverter com o apoio ao trabalhador autônomo, o que o Sebrae não faz: são órfãos completos que só se formalizam quando melhoram o negócio. A burocracia é um problema importante a ser combatido.

Carlos Medeiros, sobre a questão dos juros, afirma que o quadro atual de juros elevados, estabilidade nominal, leva a seriíssimas questões distributivas – transferência de renda do setor produtivo para o setor financeiro. Só se minora este efeito redistributivo interno com o crescimento contínuo e estável. Contudo, a política macroeconômica brasileira e da AL é procíclica e não anticíclica.

Marcos Lisboa ressalta o efeito negativo da informalidade: o crescimento da ilegalidade. A alta volatilidade da taxa de juros gera um risco de juros que independe do Banco Central, tendo em vista os *spreads* elevados e os prazos curtos de vencimento.